



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO  
SIMS – Secretaria de Infraestrutura, Manutenção e Serviços

**PROJ CPROJ 06-2026**  
**Controle de Ponto Biométrico**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Vitória/ES**  
**2026**

**1. OBJETO** (Alínea “a”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)

Fornecimento, instalação e configuração de 26 (vinte e seis) controladores de acesso com reconhecimento facial dotados de módulo de controle de ponto, modelo Intelbras SS 3542 MF ou equivalente, destinados à sede do TRT 17ª Região em Vitória/ES e às Varas do Trabalho e Postos Avançados das Rotas Norte e Sul do interior do Estado do Espírito Santo, com integração à plataforma Intelbras Defense IA já operacional no Tribunal.

Distribuição dos equipamentos por unidade do TRT-ES

Capital (Edifício Sede + Arquivo Judicial): 15 unidades — Rota Norte: 5 unidades — Rota Sul: 6 unidades. Detalhamento completo consta da seção “Escopo” deste Termo de Referência e Croqui de locais (TR 1.1).

**1.1. Natureza**

O objeto da contratação trata de serviço comum.

**1.2. Escopo**

É escopo da contratação o fornecimento de todos os materiais e provimento de todas as ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários para realizar os seguintes serviços:

**1.2.1. Fornecimento dos equipamentos**

Por se tratar de equipamentos eletroeletrônicos fornecidos em sua integralidade pelo fabricante Intelbras, o objeto contempla o fornecimento dos controladores de acesso facial modelo SS 3542 MF (ou equivalente integralmente compatível com a plataforma Defense IA já operacional no Tribunal), em quantidades e destinações definidas conforme dimensionamento constante do item 1.4 do Estudo Técnico Preliminar.

Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, dentro do prazo de validade, em embalagens lacradas e originais do fabricante, acompanhados dos respectivos manuais técnicos em português, certificados de garantia e notas fiscais com indicação do número de série individualizado.

**1.2.2. Instalação, configuração e integração**

Os serviços de instalação compreendem a fixação mecânica, conexão elétrica e lógica, configuração inicial, cadastramento dos parâmetros operacionais, integração ao software Intelbras Defense IA já operacional no servidor virtual do Tribunal, ativação do módulo de registro de ponto (modo REP-P) e realização de testes funcionais por equipamento, em todas as unidades destinatárias relacionadas a seguir.

A infraestrutura de eletrodutos existente nas unidades deverá ser aproveitada na instalação. Os serviços de cabeamento estruturado (pontos de rede, cabos UTP, conectores) e adequações lógicas (portas em switches, reservas de IP, regras de firewall) serão providenciados pela Administração como condição prévia, conforme item 9 do Estudo Técnico Preliminar.

**1.2.2.1. Capital — Edifício Sede e Arquivo Judicial**

Fornecimento, instalação e configuração dos controladores destinados ao Edifício Sede do TRT-ES, em Vitória/ES (Térreo: 4 unidades; 1º Pavimento: 5 unidades; 2º Pavimento: 5 unidades), e ao Arquivo Judicial (1 unidade):

Controlador de acesso facial Intelbras SS 3542 (ou equivalente)	un	15,00
---	----	-------

**1.2.2.2. Rota Norte — Varas do Trabalho do Interior (região Norte)**

Fornecimento, instalação e configuração dos controladores destinados às Varas do Trabalho de Nova Venécia, São Mateus, Colatina, Linhares e Aracruz, acrescido do serviço de deslocamento da equipe técnica para as referidas unidades:

Controlador de acesso facial Intelbras SS 3542 (ou equivalente)	un	5,00
Serviço de transporte para deslocamento às unidades da região (Rota Sul, conforme orçamento de referência)	un	1,00

**1.2.2.3. Rota Sul — Varas do Trabalho e Postos Avançados do Interior (região Sul)**

Fornecimento, instalação e configuração dos controladores destinados à Vara do Trabalho de Guarapari, Fórum Trabalhista de Cachoeiro de Itapemirim (2 unidades), Vara do Trabalho de Venda Nova do Imigrante, Posto Avançado de Alegre e Posto Avançado de Mimoso do Sul, acrescido do serviço de deslocamento da equipe técnica para as referidas unidades:

Controlador de acesso facial Intelbras SS 3542 (ou equivalente)	un	6,00
Serviço de transporte para deslocamento às unidades da região (Rota Norte, conforme orçamento de referência)	un	1,00

As especificações técnicas mínimas dos equipamentos encontram-se detalhadas no item “Solução e Especificações Técnicas” deste Termo de Referência e Croqui de Locais (TR 1.1).

**2. FUNDAMENTAÇÃO (Alínea “b”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)**

Esta contratação é fundamentada nos Estudo Técnicos Preliminares que justificaram solução, preços e condições para execução.

**3. SOLUÇÃO (Alínea “c”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)**

A solução adotada contempla a instalação de controladores de acesso com reconhecimento facial dotados de módulo de controle de ponto, modelo Intelbras SS 3542 MF (ou equivalente integralmente compatível), com integração à plataforma Defense IA já operacional no servidor virtual do Tribunal, objetivando:

**3.1. Garantir segurança e confiabilidade no registro de frequência**

Assegurar a autenticidade e a inviolabilidade dos registros de ponto por meio de biometria facial e digital com tecnologia anti-fake (3D liveness detection), mitigando riscos de fraude, empréstimo de credenciais ou inconsistências na apuração da jornada de trabalho em todas as unidades do TRT-ES.

**3.2. Modernizar o controle de acesso ao Edifício Sede**

Proporcionar acesso mais ágil, seguro e higiênico (touchless) às dependências do Edifício Sede, substituindo os antigos cartões magnéticos pelo reconhecimento facial de alta velocidade, mantendo o padrão estético e funcional das catracas já instaladas no térreo.

**3.3. Padronizar a tecnologia e otimizar a gestão**

Centralizar a gestão de identidades, acessos e logs de frequência em único ecossistema corporativo (software Intelbras Defense IA, já operacional no servidor virtual do TRT-17), otimizando a manutenção predial, facilitando o suporte técnico e viabilizando a integração segura via API com o Sistema de Gestão de Pessoas (SGP) do Tribunal.

**3.4. Atender determinações da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho**

Atender às determinações 6 e 65 da Ata de Correição Ordinária 2026 da CGJT no TRT 17ª Região, relativas à implantação de mecanismo eletrônico ou biométrico de apuração da frequência de servidores e à eliminação de barreiras físicas no acesso via garagens.

A solução como um todo está detalhadamente especificada no Estudo Técnico Preliminar e respectivos anexos.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Alínea “d”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)****4.1. Habilitação****4.1.1. Impedimento**

Considerando haver conflito de interesses entre as atividades de: a) fiscalização, avaliação e ateste de serviços ou produtos contratados; e b) a sua execução ou fornecimento, se faz necessário impedir a participação de empresas, profissionais contratados ou participantes de equipes

contratadas destinadas a prestar consultoria, dar parecer ou auxiliar fiscalização da execução do objeto deste projeto.

#### **4.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista**

Para ser contratada a empresa deverá apresentar:

##### **4.1.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, feita por meio da:**

- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

##### **4.1.2.2. Prova de regularidade com a seguridade social, feita por meio do (a):**

- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal; e
- Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

##### **4.1.2.3. Prova de regularidade com as Fazendas Públicas Estadual e Municipal, feita via:**

- Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio ou da sede do licitante; e
- Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio ou da sede do licitante.

##### **4.1.2.4. Prova de regularidade com as obrigações trabalhistas, feita por meio da CNDT:**

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou pelos Tribunais Regionais do Trabalho.

#### **4.2. Garantias**

Os serviços executados, assim como seus materiais, terão garantia mínima de **1 ano** a partir do recebimento provisório, podendo ser majorada para casos específicos com base em justificativa demonstrada da Fiscalização.

#### **4.3. Subcontratações**

Não será permitida.

#### **4.4. Padrões de qualidade**

O objeto da contratação refere-se a intervenção na arquitetura do edifício com acréscimo de volume, e, como observado no estudo de alternativas, deverá adotar o mesmo padrão de materiais e desenho arquitetônico do outro grande volume separado do conjunto que é o Auditório.

Todos os materiais e acabamento de peças deverão ser de primeira qualidade e adotada a boa técnica de execução, atendendo a especificações de projeto.

#### **4.5. Critérios de sustentabilidade**

Dado haver definição técnica das especificações de materiais, a execução dos serviços, contemplando desde equipamentos e insumos utilizados pela executora devem atender às exigências legais do Guia de Contratações Sustentáveis do CSJT (**TR 3.6**) naquilo que se aplicar.

### **5. TIPO DE CONTRATAÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Alíneas “e” e “h”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)**

#### **5.1. Contratação**

A contratação se dará na modalidade direta conforme inciso “II” do artigo 75 da lei 14.133/2021, do tipo preço global para seleção da proposta mais vantajosa, uma vez que as condições e especificações para atendimento já se encontram estabelecidas, inclusive aceitabilidade de preços.

A Contratada estará sujeita às obrigações legais e contratuais, concordando expressamente com a adequação da contratação, sabendo que as alterações contratuais por falhas ou omissões no projeto,

a seu requerimento, se darão apenas em casos em que se demonstre de interesse do TRT 17ª Região ou desequilíbrio econômico-financeiro respeitados os princípios de significância e *escusabilidade*, não podendo ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total contratado.

## 5.2. Regime de execução

O regime de execução da presente contratação se dará por empreitada global.

## 6. VISITA TÉCNICA (Alínea “c”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)

A visita é opcional e poderá ser agendada para dias úteis com antecedência mínima de 24 horas junto à Secretaria de Infraestrutura, Manutenção e Serviços pelo e-mail: [sims@trt17.jus.br](mailto:sims@trt17.jus.br) quem irá designar servidor para acompanhamento da visita e saneamento de dúvidas quanto à localização da instalação.

Para a realização da visita técnica, recomenda-se, ainda, que o visitante já possua conhecimento do escopo e especificações dos serviços, não sendo o evento destinado a apresentação de questionamentos formais, os quais devem seguir as regras previstas neste Termo de Referência.

## 7. FISCALIZAÇÃO (Alínea “f”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)

A Fiscalização será exercida por servidor designado pelo TRT 17ª Região através da autoridade competente e será responsável, além de acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por:

- a) Emissão da Ordem de Serviço;
- b) Solicitação e recebimento dos documentos vinculados à Ordem de Serviço;
- c) Supervisão técnica dos serviços conforme projeto e especificações;
- d) Efetuar as medições e encaminhamento dos pagamentos pertinentes;
- e) Notificar a CONTRATADA sobre indicação de retenções em faturas; e
- f) Recebimento Provisório do OBJETO.

## 8. PLANO DE TRABALHO (Alíneas “d”, “e” e “f”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)

### 8.1. Formalização da contratação

A contratação será formalizada mediante recebimento de nota de empenho.

### 8.2. Preposto (Alínea “f”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)

Formalizada a contratação, a Contratada deverá, no prazo de **10 dias**, designar 1 (um) preposto para receber as comunicações por parte do TRT, fornecendo o número de telefone móvel, além do endereço de e-mail.

- As notificações via e-mail terão prazos considerando o dia útil seguinte ao dia de envio.
- É obrigação da Contratada o monitoramento da conta de e-mail.

O preposto deverá comunicar imediatamente à **Fiscalização do TRT da 17ª Região** qualquer irregularidade ou anormalidade, bem como qualquer ocorrência que impeça ou prejudique o bom andamento dos serviços.

### 8.3. Início dos serviços (Alínea “d”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)

#### 8.3.1. Ordem de serviço inicial

Em até 30 dias da formalização da contratação, a Fiscalização do TRT 17ª Região emitirá ordem de serviço autorizando o início dos serviços, condicionado ao atendimento às condições prévias.

Na ordem de serviço constarão:

- a) Data de início do prazo para mobilização e aquisição dos equipamentos (imediatamente após o recebimento da O.S.);
- b) Data de término do prazo para mobilização e aquisição dos equipamentos (30 dias após o recebimento da O.S.);
- c) Data de término do prazo para instalação e ativação em todas as unidades (30 dias após o término do prazo de mobilização);
- d) Documentos necessários para início efetivo; e
- e) Demais informações que a Fiscalização julgar necessárias.

A data base de início para contagem de prazo de execução e medições será a especificada na OS.

### 8.3.2. Condições para início

#### **Documentos**

O efetivo início das atividades ficará condicionado, sem prejuízo da contagem de prazo, à apresentação, pela **Contratada**, dos seguintes documentos:

- a) Comprovação da qualificação da coordenação técnica;
- b) Dados do preposto;
- c) Solicitação de acesso para equipe de serviços eventuais, acompanhada de relação dos profissionais que irão atuar;
- d) Autorização de acesso; e
- e) Demais documentos exigidos no Termo de Referência e especificados nas ordens de serviços.

#### **Uniforme e crachá**

O início efetivo dos serviços será condicionado, sempre que possível, à apresentação dos profissionais devidamente uniformizados e com crachá contendo nome da empresa e nome do profissional.

#### **Apresentação e acesso**

O acesso aos locais será autorizado pela Fiscalização via e-mail mediante prévia solicitação formal da Contratada contendo nome e número de documento de cada profissional.

### 8.3.3. Condições para execução e comunicação

A Contratada deverá disponibilizar endereço de e-mail e 1 número de telefone móvel para comunicação entre o preposto, ou substituto, e a Fiscalização do TRT 17ª Região.

- As notificações via e-mail terão prazos considerando o dia útil seguinte ao dia de envio;
- É obrigação da empresa contratada, o monitoramento da conta de e-mail.

A execução poderá ser realizada em dias úteis, podendo, excepcionalmente, haver serviço em dias não úteis sob autorização expressa da Fiscalização.

### **8.4. Procedimentos técnicos executivos (Alíneas “d” e “e”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)**

Formalizada a contratação, a Contratada poderá iniciar imediatamente preparativos para aquisição de equipamentos e insumos, contratação de equipamentos especiais, contratação da equipe técnica habilitada e ações preparatórias no local de instalação, este último sob autorização expressa do TRT 17ª Região.

Os procedimentos de instalação, configuração e integração encontram-se descritos no anexo TR 1.1, bem como nas especificações técnicas do fabricante referenciadas neste Termo de Referência.



**8.5. Condições gerais (Alínea “d”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)**

**8.5.1.** O TRT da 17.<sup>a</sup> Região convocará formalmente a empresa que apresentou o menor preço para apresentar o orçamento detalhado da proposta e demais documentos exigidos.

**8.5.2.** Serviços de preparação e configuração prévia dos equipamentos poderão ser executados fora do local de instalação, à conveniência da CONTRATADA;

**8.5.3. Profissionais, materiais e equipamentos**

Os serviços deverão ser executados por profissionais capacitados para os serviços sempre utilizando todos os equipamentos de proteção individual, necessários e exigidos por norma.

A execução deverá atender à boa técnica utilizando materiais de primeira qualidade aprovados pelo INMETRO, quando couber.

Sempre que julgar necessário, a Fiscalização do TRT 17<sup>a</sup> Região fará testes para aprovação ou não dos materiais utilizados.

Todas as ferramentas e equipamentos necessários para execução do objeto são de responsabilidade da CONTRATADA, exceto aqueles excluídos em especificação própria.

Cada item listado de serviços contratados contempla todos os custos diretos e indiretos para seu fornecimento incluindo mão-de-obra, materiais, equipamentos, transporte e impostos.

**8.6. Especificações técnicas**

Para especificação dos serviços foram considerados parâmetros mínimos necessários conhecidos para bom atendimento ao objetivo desejado. Portanto, os equipamentos a serem instalados deverão atender, no mínimo, às seguintes especificações, tomando como referência o modelo Intelbras SS 3542 MF:

**8.6.1. Características Gerais**

<b>Alimentação</b>	12 Vcc (fonte externa) e PoE - IEEE 802.3af
<b>Grau de proteção</b>	IP55 ou superior (instalação interna e externa)
<b>Material do invólucro</b>	PC+ABS ou superior
<b>Display</b>	Tela touchscreen colorida, mínimo 4,3" LCD capacitivo
<b>Câmera</b>	Dual lens RGB + IR (mínimo 2 MP cada) para reconhecimento diurno e noturno
<b>Software de gerenciamento</b>	Compatibilidade nativa e total com software Defense IA (existente e operacional no TRT)

**8.6.2. Desempenho de Reconhecimento**

<b>Precisão de verificação facial</b>	> 99,5%
<b>Tempo de reconhecimento facial</b>	≤ 0,2 segundos
<b>Distância de reconhecimento facial</b>	0,5 m a 2,0 m (mínimo)
<b>Faixa de altura do usuário</b>	0,9 m a 2,4 m
<b>Sistema anti-fake (anti-spoofing)</b>	Obrigatório — deve impedir acesso por foto ou vídeo em meio físico e digital
<b>Tecnologia de detecção</b>	Análise de profundidade facial (3D liveness detection)

### 8.6.3. Métodos de Autenticação

Reconhecimento facial	Obrigatório
Biometria digital (digital)	Obrigatório — modo 1:N com tempo de comparação $\leq 1,5$ s
Cartão RFID	Obrigatório — frequência 13,56 MHz (MIFARE)
QR Code	Desejável
Senha (PIN)	Obrigatório
Autenticação combinada	Obrigatório — suporte a combinações (ex.: face + digital, cartão + face)

### 8.6.4. Capacidade de Armazenamento (mínimos exigidos)

Usuários	10.000
Templates faciais	10.000
Biometrias digitais	10.000 (até 3 por usuário)
Cartões / QR Codes	10.000 (mínimo)
Senhas	10.000
Registros de eventos	300.000 (mínimo)

### 8.6.5. Comunicação e Conectividade

Interface de rede	Ethernet 10/100Base-T (RJ-45) — obrigatório
Protocolos	TCP/IP, IPv4, HTTP/HTTPS, SDK, API/CGI
Protocolo de acesso	OSDP (suporte desejável)   RS-485 (1 porta)   Wiegand (1 entrada/saída)
Wi-Fi	Obrigatório
USB	1 porta USB 2.0 (para exportação de dados)
Gerenciamento remoto	Obrigatório — configuração e monitoramento via software de gestão centralizado

### 8.6.6. Módulo de Registro de Ponto (REP-P)

O dispositivo deverá possuir módulo de registro de ponto funcional, operando no modo de coletor REP-P, com as seguintes características:

Modo de operação ponto	Coletor REP-P — coleta o registro e encaminha ao software de gestão
Exibição de data/hora	Obrigatório — display permanente na tela com data (DD/MM/AAAA) e hora (HH:MM:SS)
Botão de registro físico/virtual	Obrigatório — botão dedicado para marcação de ponto na interface do dispositivo
Disponibilização de logs	Via API Intelbras de integração ( <a href="http://www.intelbras-caco-api.intelbras.com.br">www.intelbras-caco-api.intelbras.com.br</a> )
Exportação de registros	Via software de gestão e/ou API REST para integração com sistema externo (SGP)
Homologação MTE (REP-C)	Não aplicável — equipamento operará como REP-P; a conformidade legal do registro é responsabilidade da SETIC via integração com SGP

**Nota:** O módulo de ponto operar no modo REP-P, não constituindo REP-C (Registrador Eletrônico de Ponto com Comunicação) homologado perante o MTE. A validade jurídica dos registros de frequência dependerá da integração com o SGP, a ser implementada pela SETIC conforme orientação da administração superior.



**8.6.7. Controle de Porta e Segurança**

<b>Relé de controle de porta</b>	1 relé interno (ou externo via módulo XR 2201 ou equivalente)
<b>Capacidade de chaveamento</b>	Mínimo 2 A / 30 Vdc
<b>Botão de saída</b>	1 entrada para botão de saída (rex)
<b>Sensor de status da porta</b>	1 entrada para sensor magnético de porta
<b>Entrada de alarme</b>	1
<b>Saída de alarme</b>	1
<b>Sistema anti-passback</b>	Obrigatório
<b>Sistema de coação</b>	Obrigatório (acesso sob coação com acionamento silencioso de alarme)
<b>Monitoramento em tempo real</b>	Obrigatório via software de gestão

**9. ALTERAÇÕES DE PREÇOS (Alínea “d”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)**

Serão motivos para alteração dos preços contratados: **1)** reajuste regular de preços e **2)** reequilíbrio econômico-financeiro.

**9.1. Reajuste regular de preços**

Considerando o prazo de execução e vigências contratuais, não há previsão de reajuste regular de preços

**9.2. Reequilíbrio econômico-financeiro**

Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**10. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO (Alínea “d”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)**

A contratação vigorará por **160 (cento e sessenta) dias** a partir da data de sua assinatura, podendo ter sua vigência prorrogada para atendimento às eventuais prorrogações de prazo de execução dos serviços ou que sejam necessárias a outros interesses públicos.

**11. PRAZO DE EXECUÇÃO (Alínea “d”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)**

O objeto da contratação deverá ser concluído plenamente em até **60 (sessenta) dias** a partir da data de início definida na Ordem de Serviço Inicial.

**12. MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Alínea “g”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)****1.1. Medição**

Exceto para o serviço de apresentação de projeto executivo e plano de execução, os serviços serão medidos a cada 30 dias (+5 de margem) a partir da data de início definida na ordem de serviço.

**1.1.1. Porção Mínima**

A porção mínima para medição dos serviços elencados no orçamento será **a unidade** adotada na planilha, ou seja, não será medida fração da unidade, para os seguintes serviços:

**Serviços com entrega material**

1.1	Fornecimento e instalação - Capital	gb
2.1	Fornecimento e instalação - Rota Norte	gb
3.1	Fornecimento e instalação - Rota Sul	gb
2.2 / 3.2	Serviços de transporte (Rotas Norte e Sul)	gb

Já para os serviços listados abaixo, por se tratar de serviços auxiliares, serão medidos **percentuais dos serviços a que estejam relacionados** aplicados sobre a quantidade total contratada.

**Serviços auxiliares**

1.1	Coordenação Técnica (responsabilidade técnica)	gb
1.2	Mobilização e aquisição de equipamentos	gb

**Exemplo:**

O serviço de coordenação técnica será pago conforme evolução da obra de instalação.

**1.1.2. Porção Máxima**

A porção máxima medida de cada serviço será definida aplicando a quantidade aferida no orçamento de referência com o desconto de licitação, quando o valor obtido definirá a quantidade máxima a ser medida para cada serviço.

### 13. Pagamento

Em até 5 dias da data de medição a Fiscalização comunicará o valor, juntamente com lista de serviços e quantidades autorizados para faturamento.

Os pagamentos serão efetuados em **até 20 (vinte) dias** contados da apresentação da nota fiscal, autorizada pela Fiscalização do TRT, e demais documentos exigidos para pagamento.

Excluem-se da contagem do prazo acima todos os períodos utilizados pela Contratada para correção de documentos que se vinculem ao pagamento.

Por ocasião do pagamento haverá retenções a título de tributos e contribuições, conforme legislação em vigor e regras contratuais, e ainda, serão deduzidas as multas ou os débitos, se houver.

O descumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores do débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Não haverá pagamentos referentes a materiais armazenados no canteiro de obra.

### 14. RECEBIMENTO (Alíneas “d” e “f”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)

O recebimento do objeto contratado será efetuado somente após a conclusão de todos os serviços ou fornecimentos contratados.

**14.1. Recebimento provisório**

Será atestado pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado da entrega dos serviços.

**14.2. Recebimento definitivo**

Atestado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 60 (sessenta) dias corridos após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado que ateste a adequação do objeto aos termos contratuais.

### 15. OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Alínea “d”, Inciso XXIII; art. 6º da Lei 14.133/2021)

Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas no Termo de Referência, ou decorrentes de normas legais:

**15.1.** Atender às condições e obrigações discriminadas neste Termo de Referência;

**15.2.** Além de respeitar, atender e cumprir com as exigências legais brasileiras referentes às atividades exercidas, a Contratada fica obrigada a seguir as normas técnicas da ABNT e regulamentadoras do Ministério do Trabalho vigentes e pertinentes, com destaque à NR18;

**15.3.** Cumprir com as obrigações estabelecidas nas convenções coletivas de trabalho a que os profissionais estiverem vinculados;

**15.4.** Adotar a boa técnica na execução dos serviços;

- 15.5.** Assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto contratado, incluindo o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão-de-obra, atendendo ao escopo especificado e demais definições da contratação, independentemente das composições de referência, responsabilizando-se pela coordenação de todas as atividades, inclusive subcontratadas, garantindo o cumprimento de normas ambientais, de engenharia, de segurança e medicina do trabalho, além da legislação aplicável, assegurando sua conformidade, adequação e segurança.
- 15.6.** Reparar, ou, quando for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, que, decorrentes da execução do objeto contratado, por sua responsabilidade, sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros;
- 15.7.** Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados, prepostos ou terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado;
- 15.8.** Fornecer e assegurar a utilização dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) necessários à proteção da integridade física dos trabalhadores.
- 15.9.** Afastar dos serviços qualquer empregado seu que, comprovadamente e por recomendação da Fiscalização designada pelo TRT, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica ou mantiver atitude hostil, causando embaraço à boa execução do objeto contratual;
- 15.10.** Não utilizar o nome do TRT, ou sua qualidade de Contratada, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de aplicação das penalidades cabíveis e sem prejuízo da responsabilidade da Contratada;
- 15.11.** Obedecer rigorosamente:
- a) às disposições legais da União, do Estado do Espírito Santo e do Município de Vitória - ES;
  - b) às normas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo;
  - c) aos regulamentos das empresas concessionárias; e
  - d) às prescrições e recomendações dos fabricantes.
- 15.12.** Atender prontamente as determinações da Fiscalização e prover todas as facilidades para o pleno desempenho de suas atribuições;
- 15.13.** Manter durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Sabendo da impossibilidade de regularizar as condições de habilitação ou qualificação, a CONTRATADA deverá informar imediatamente ao CONTRATANTE;
- 15.14.** Aderir, quando solicitado pelo TRT 17ª Região, ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro;
- 15.15.** aderir, quando solicitado pelo TRT 17ª Região, ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho entre governo federal e entidades patronais.
- 15.16.** Observar as recomendações de sustentabilidade do Guia de Contratações Sustentáveis do CSJT (TR 3.6), inclusive na definição dos materiais e demais insumos aplicados nos serviços a serem executados.
- 15.17.** A Contratada obriga-se a aceitar os acréscimos que forem julgados necessários pela Administração, nos limites estabelecidos na Lei 14.133/2021;

## **16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das demais previstas no Termo de Referência, ou decorrentes de normas legais:

- 16.1.** Designar representante da Administração para acompanhamento, fiscalização e recebimento do objeto contratual;

- 16.2.** Autorizar à Contratada, por escrito, o início dos serviços;
- 16.3.** Providenciar autorização para acesso aos locais dos serviços, quando necessário e solicitado pela Contratada;
- 16.4.** Prestar as informações e tomar as decisões de sua competência necessárias ao perfeito andamento dos serviços;
- 16.5.** Notificar tempestivamente, por escrito, a Contratada, da aplicação de eventuais penalidades, e, também, de todas e quaisquer autuações, notificações e intimações que venha a receber com relação ao inadimplemento pela Contratada de suas obrigações contratuais;
- 16.6.** Efetuar a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim o exigir;
- 16.7.** Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, de acordo com o prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e na Lei 14.133/2021;
- 16.8.** Manifestar-se quanto às solicitações e comentários, feitos pela Contratada, relativos às obrigações contratuais e procedimentos de fiscalização da obra, de forma que não prejudiquem a execução do serviço;
- 16.9.** Agendar reuniões com a Contratada sempre que julgar necessário, com antecedência de no mínimo 24 horas, salvo quando acordado entre as partes.
- 16.10.** Emitir Atestado de Capacidade Técnica sempre que solicitado pela Contratada, atendidas as obrigações contratuais;
- 16.11.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do objeto contratado.

## **17. INFRAÇÕES E SANÇÕES**

### **17.1. Infrações**

Conforme art. 155 da Lei 14.133/2021, as infrações serão classificadas conforme a seguir:

#### **17.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;**

Dado tratar de infração possível de sancionar apenas com advertência, classifica-se a inexecução parcial do contrato em duas categorias:

##### **17.1.1.1. Inexecução parcial sobre obrigações acessórias**

- a)** o descumprimento, não reincidente, das obrigações contratuais que não acarretem deficiência ao objeto, prejuízos claros à segurança, prejuízos claros ao funcionamento das atividades nem financeiros ao CONTRATANTE; e
- b)** a execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

##### **17.1.1.2. Inexecução parcial sobre escopo**

- a)** Prestar serviço continuado com falha de continuidade significativa, deficiência de qualidade ou quantidade;
- b)** Dar causa à extinção do contrato com entrega de objeto contratado com deficiência de qualidade ou quantidade;
- c)** Abandonar a prestação de serviço continuado com **10%** ou mais do escopo executado, adotando-se para aferição de percentual o valor medido e valor contratado;

**d)** Durante a primeira metade (**até metade do prazo final**) das parcelas, a cada medição, considerando os serviços executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, **atrasos** injustificados **superiores a 60%** em relação ao valor total acumulado previsto no cronograma físico-financeiro;

**e)** Entre a primeira metade e os 2 primeiros terços das parcelas (**do meio até 2/3 do prazo final**), a cada medição, considerando os serviços executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, **atrasos** injustificados **superiores a 40%** em relação ao valor total acumulado previsto no cronograma físico-financeiro; e

**f)** durante o **último terço das parcelas**, a cada medição, considerando os serviços executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, **atrasos superiores a 20%** em relação ao valor total acumulado previsto no cronograma físico-financeiro.

**17.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;**

Sempre que se demonstrar que a inexecução parcial sobre escopo causar grave dano à Administração, ou funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

**17.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;**

Considerando o objeto contratado, as definições de inexecução parcial e as demais infrações prevista em lei, entende-se como inexecução total:

**a)** Assinado o contrato, não atender condições exigidas para início dos serviços; e

**b)** Dar causa a **extinção** contratual com **menos de 10%** do escopo executado.

**17.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;**

Quando da participação na seleção de proposta, a licitante deixar de apresentar documentação necessária para prosseguimento do certame até a sua homologação.

**17.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;**

Considerando que a proposta é uma composição entre especificação e preço, enquadram-se as duas formas de não a manter, tanto na fase de habilitação quanto durante a execução:

**a)** Quando a licitante vencedora apresentar orçamento da proposta com valores fora do critério de aceitabilidade de preços e não corrigir conforme regras estabelecidas;

**b)** Quando a licitante, na fase de habilitação, se requisitada, apresentar especificação que não atenda à estabelecida em Edital e não corrigir conforme regras estabelecidas; e

**c)** Quando a contratada se recusar a aceitar aditamento de quantidade, dentro dos limites legais, de serviços ou fornecimento já contratados.

**17.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;**

Considerando o objeto da contratação, os riscos mapeados e as demais infrações listadas pela lei, classifica-se a infração como ato de assinatura do contrato ou entrega de documentação após a homologação:

**a)** Quando a licitante, injustificadamente, declaradamente se recusar a entregar documentação necessária para formalização da contratação;

- b)** Quando a licitante, injustificadamente, ultrapassar o prazo estabelecido para entrega de documentação necessária para formalização da contratação, em mais de 30 dias corridos;
- c)** Quando a licitante, injustificadamente, declaradamente se recusar a assinar contrato, a receber empenho; ou
- d)** Quando a licitante, injustificadamente, ultrapassar o prazo estabelecido para assinar contrato ou receber empenho, em mais de 30 dias corridos.

**17.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;**

A infração trata daqueles atrasos de execução ou entrega do objeto não enquadrados na inexecução parcial de escopo ou inexecução total.

**17.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;**

**17.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;**

**17.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;**

**17.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;**

**17.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

**17.2. Sanções**

Conforme art. 156 da Lei 14.133/2021, a natureza das infrações aqui caracterizadas, os riscos significativos identificados para a contratação e a necessidade de garantir marcos objetivos, estabelecem-se as seguintes sanções:

**17.2.1. ADVERTÊNCIA**

Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais a Contratada tenha concorrido. Nesse caso será aplicada quando ocorrer:

- a)** o descumprimento, não reincidente, das obrigações contratuais que não acarretem deficiência ao objeto, prejuízos claros à segurança, prejuízos claros ao funcionamento das atividades nem financeiros ao CONTRATANTE; e
- b)** a execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não se enquadre na aplicação de multa, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

**17.2.2. MULTAS**

Ficam estabelecidas as seguintes definições de infração e valores de multas:

**17.2.2.1. 0,5% sobre o valor contratado mais 10% sobre o valor dos serviços/fornecimentos restantes, por dia de atraso:**

- a)** na entrega do objeto contratado; ou
- b)** na conclusão de parcela com prazo determinado em contrato.

**17.2.2.2. 10% sobre o valor contratado quando caracterizada inexecução parcial do contrato nas seguintes condições:**



**a)** dar causa à extinção do contrato com entrega de objeto contratado com deficiência de qualidade ou quantidade;

**b)** se recusar a executar qualquer serviço contratado sob demanda via ordem de serviço;

**c)** durante a primeira metade (**até metade do prazo final**) das parcelas, a cada medição, considerando os serviços executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, **atrasos** injustificados **superiores a 60%** em relação ao valor total acumulado previsto no cronograma físico-financeiro;

**d)** entre a primeira metade e os 2 primeiros terços das parcelas (**do meio até 2/3 do prazo final**), a cada medição, considerando os serviços executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, **atrasos** injustificados **superiores a 40%** em relação ao valor total acumulado previsto no cronograma físico-financeiro; ou

**e)** durante o **último terço das parcelas**, a cada medição, considerando os serviços executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, **atrasos superiores a 20%** em relação ao valor total acumulado previsto no cronograma físico-financeiro.

**17.2.2.3. 15%** sobre o valor contratado quando caracterizada **inexecução total** do contrato nas seguintes condições:

**a)** assinado o contrato ou recebida Nota de

**b)** empenho, não atender condições exigidas para início dos serviços; ou

**c)** dar causa a **extinção** contratual com **menos de 10%** do escopo executado, adotando-se para aferição de percentual a relação entre o valor medido e valor contratado.

**17.2.2.4. 02%** sobre o **valor estimado de referência** quando da participação na seleção de proposta, a licitante deixar de apresentar documentação necessária para prosseguimento do certame até a sua homologação.

**17.2.2.5. 10%** sobre o valor da proposta arrematante quando caracterizada **não manutenção da proposta**, nas seguintes condições:

**a)** quando a licitante vencedora apresentar orçamento da proposta com valores fora do critério de aceitabilidade de preços e não corrigir conforme regras estabelecidas;

**b)** quando a licitante, na fase de habilitação, se requisitada, apresentar especificação que não atenda à estabelecida em Edital e não corrigir nos prazos do Edital; ou

**c)** quando a contratada se recusar a aceitar aditamento contratual para acréscimo de quantidade de serviços ou fornecimento já contratados, dentro dos limites legais.

**17.2.2.6. 10%** sobre o valor da proposta arrematante quando, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, a licitante **não celebrar contrato ou não entregar documentação exigida para contratação**, caracterizado nas seguintes condições:

**e)** Quando a licitante, declaradamente, se recusar a entregar documentação necessária para formalização da contratação;

**f)** Quando a licitante ultrapassar o prazo estabelecido para entrega de **documentação** necessária para formalização da contratação, em mais de **30 dias** corridos;

**g)** Quando a licitante declaradamente se recusar a **assinar contrato** ou a receber empenho; ou

**h)** Quando a licitante **ultrapassar o prazo** estabelecido para **assinar contrato** ou receber empenho, em mais de **30 dias** corridos.

**17.2.2.7. 0,5% sobre o valor contratado mais 0,05% sobre por dia por descumprimento**, sem justificativa aceita pela Administração do TRT, de **determinações** fundamentadas nas obrigações legais e contratuais da **Fiscalização**, notificadas e reincidentes;

a) Quando a determinação descumprida for referente à entrega de documentos para comprovação de adimplemento das obrigações contratuais objetivamente expressas, como a manutenção das condições de habilitação, a multa será **acrescida de 0,02% por dia** de atraso na entrega dos documentos, aplicado sobre o valor total contratado.

b) Quando a determinação descumprida for referente ao cumprimento de regras de segurança, a multa será **acrescida de 0,05% por dia** de atraso na entrega dos documentos, aplicado sobre o valor total contratado.

**17.2.2.8. 10% sobre o valor estimado de referência** por:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com advertência, impedimento e declaração de inidoneidade.

### **17.2.3. IMPEDIMENTO**

Ficará impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, por até 3 (três) anos, a licitante que:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

A dosimetria do impedimento será definida no processo administrativo próprio de apuração de infração e aplicação de sanção, considerando:

I. a natureza e a gravidade da infração cometida;

II.as peculiaridades do caso concreto;

III.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV.os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Ao final da apuração e avaliação da infração, a sanção poderá passar a ser declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

#### 17.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Será declarado inidôneo para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a licitante que, na análise da dosimetria para impedimento for considerada inidônea, ou:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

A declaração de inidoneidade será precedida de análise jurídica e aplicada pela Presidência ou Plenário do TRT 17ª Região.

### 18. VALOR DE REFERÊNCIA

Considerando proposta já existente para contratação, dentro dos parâmetros legais para contratação direta, o valor de referência para se obter propostas mais vantajosas é de **R\$ 50.900,00** (cinquenta mil e novecentos reais), para os seguintes serviços e quantidades:

ITEM	Descrição / Local	Un.	Qtd.	Preço Unit. (R\$)	Total (R\$)
01	Capital — Ed. Sede + Arquivo Judicial (Vitória/ES). Ed. Sede: Térreo (4)   1º Pav. (5)   2º Pav. (5)   Arquivo Judicial (1) — inclui fornecimento, instalação e configuração	un	15	1.850.00	27.750.00
02	Interior — Rota Norte (5 unidades): VT Nova Venécia, VT São Mateus, VT Colatina, VT Linhares, VT Aracruz — inclui fornecimento, instalação, configuração e deslocamento	un	5	2.050.00	10.250.00
03	Interior — Rota Sul (6 unidades): VT Guarapari (1), Fórum Cachoeiro (2), VT Venda Nova (1), PA Alegre (1), PA Mimoso do Sul (1) — inclui fornecimento, instalação, configuração e deslocamento	un	6	2.150.00	12.900.00
<b>VALOR TOTAL GLOBAL — 26 dispositivos (Capital 15 + Rota Norte 5 + Rota Sul 6)</b>					<b>R\$ 50.900.00</b>

### 19. ANEXOS

São Anexos deste Termo de Referência:

#### 19.1. Projeto

TR 1.1 Croqui dos locais de instalação dos equipamentos

#### 19.2. Orçamento

TR 2.0 Orçamento da proposta mais vantajosa

#### 19.3. Referenciais

TR 3.6 Guia Contratações Sustentáveis CSJT 3ª Versão

TR 3.7 Plano de Logística Sustentável TRT 17ª Região